

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Solange Aparecida de Souza Monteiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual
/ Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro.
– Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-627-0

DOI 10.22533/at.ed.270200112

1. Educação sexual. 2. Sexualidade. 3. Gênero sexual.
4. Diversidade sexual. I. Monteiro, Solange Aparecida de
Souza (Organizadora). II. Título.

CDD 613.96

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Toda prática educativa libertadora, valorizando o exercício da vontade, da decisão, da resistência, da escolha; o papel das emoções, dos sentimentos, dos desejos, dos limites; a importância da consciência na história, o sentido ético da presença humana no mundo, a compreensão da história como possibilidade jamais como determinação, é substancialmente esperançosa e, por isso mesmo, provocadora da esperança. (Paulo Freire)

Na última década, percebemos um conjunto de resistências no processo de tratamento da temática de gênero e diversidade, principalmente nas instituições escolares. Enraizado num fundamentalismo religioso, esse assunto vem sendo covardemente atacado pelas alas conservadoras da sociedade, as quais têm (re) produzido discursos de ódio na tentativa de deslegitimar e/ou distorcer esse campo de discussão. Educar numa matriz que (re)conheça a emergência do debate acerca das temáticas de gênero e diversidade no contexto escolar, consiste numa proposta de educar em direitos humanos, ou seja, educar para um processo de humanização e respeito mútuo entre os sujeitos. Sob esse viés, entendemos que a dinâmica dos espaços e das relações sociais se encontra permeada de questões, contudo, o contexto escolar por sua vez, é o lócus privilegiado para tratamento dessa temática, dada a diversidade de sujeitos/as e experiências que advém de diferentes espaços socioculturais.

As pessoas têm direito ao acesso ao conhecimento, numa permanente reflexão crítica, o que lhes possibilita avaliarem, analisarem o seu cotidiano, as suas ações e atitudes. Porque sem o acesso ao conhecimento científico não podemos ser sujeitos críticos, a educação sexual emancipatória e as teorias do pensamento crítico, pois não temos como ser críticos se formos orientados e pautados em equívocos teóricos, em erros e mentiras nas práticas vivenciadas. A partir das análises dos documentos em sua totalidade, foi registrado, a cada instante, o respaldo que a educação sexual emancipatória e uma ação pedagógica críticoreflexiva recebem desses documentos oficiais, assim como o amparo legal que docentes possuem de maneira direta ou indireta, para realizarem intervenções sobre a temática sem medos, repressões ou perseguições. Desta forma, as reflexões sobre os documentos oportunizaram observar sua potencialidade, bem como registrar algumas lacunas que podem ser reestruturadas partindo do que registramos esta pesquisa. E, assim, podemos afirmar a preocupação de ambos os documentos analisados nos aspectos da saúde humana para a vida com qualidade, com proteção e preservação à natureza e à vida humana, englobando uma visão de ser humano em sua inteireza, no mundo, junto aos outros seres.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Silmário Batista dos Santos
Célio Marcos Colombro Molteni
Fabricio Augusto Correa da Silva
Vaquiria Nicola Bandeira
Antonio Marcos Vanzeli
Débora Fernandez Antonon Silvestre
Melissa Camilo
Debora Cristina Machado Cornélio

DOI 10.22533/at.ed.2702001121

CAPÍTULO 2..... 15

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA REDUÇÃO DOS CASOS DO CÂNCER DE PÊNIS EM PERNAMBUCO: REVISÃO INTEGRATIVA

Simone Souza de Freitas
Amanda Dacal Neves
Ana Beatriz Sousa Nunes
Eveliny Silva Nobre
Heloise Agnes Gomes Batista da Silva
Ilka Maria de Santana
Inalda Juliani Ferreira dos Santos
Joana D'arc Tavares do Nascimento
Jeniffer Emidio de Almeida
Luis Felipe da Silva Medeiros
Marcella Brianni de Araújo Gomes
Nathalia Nascimento Gouveia
Maria Ramona da Penha Carvalho
Shelma Feitosa dos Santos
Tayanne Kettyne Silva Santos
Victor Hugo Silva de Lima

DOI 10.22533/at.ed.2702001122

CAPÍTULO 3..... 24

CONSTRUÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A CONVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ COM FAMÍLIA

Isael Cavalcante Silva
Ivanete Silva de Sousa
Francisca Francimar Araújo Pinheiro
Maria Conceição Batista de Oliveira
Vitória Kisla Brasil Barros
Elisabeth Soares Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.2702001123

CAPÍTULO 4.....	31
ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAS HOMOAFETIVOS: REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA	
Elvira Simões Barretto	
Lenilda Inácio dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2702001124	
CAPÍTULO 5.....	44
A REPRESSÃO DO GÊNERO LEGITIMADA PELA CULTURA MILITAR: UMA VISÃO ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Ana Margareth Moreira Mendes Cosenza	
Samya Cotta Brandão Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.2702001125	
CAPÍTULO 6.....	57
CONSTRUCCIÓN DE IMAGEN DE GÉNERO EN EL CONTEXTO ESCOLAR Y FAMILIAR. PERCEPCIÓN DE FUNCIONARIAS DE UNA UNIVERSIDAD DE PARAGUAY	
Karen Natali Backes dos Santos	
María Victoria Zavala Saucedo	
DOI 10.22533/at.ed.2702001126	
CAPÍTULO 7.....	72
EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA DITADURA MILITAR	
Gislene Quaresma Oliva	
Maria da Luz Alves Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.2702001127	
CAPÍTULO 8.....	83
PARA ALÉM DA REPRESENTATIVIDADE: A RELEVÂNCIA DE PABLO VITTAR E LUDMILLA PARA A POPULAÇÃO LGBTQI+	
Lara Muniz Araujo	
Isabella Perrotta	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.2702001128	
CAPÍTULO 9.....	96
PARTICIPACIÓN DE LA MUJER EN CARGOS DIRECTIVOS EN UNA INSTITUCIÓN DE EDUCACIÓN SUPERIOR DE GESTIÓN PÚBLICA – CIUDAD DEL ESTE - PARAGUAY	
Karen Natali Backes dos Santos	
María Victoria Zavala Saucedo	
DOI 10.22533/at.ed.2702001129	
CAPÍTULO 10.....	107
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E OS DESAFIOS À VISIBILIDADE	
Nelmires Ferreira da Silva	

DOI 10.22533/at.ed.27020011210

CAPÍTULO 11 118

UMA ANÁLISE DAS INTERSECCIONALIDADES A PARTIR DAS MULHERES QUE MIGRAM INTERNAMENTE PARA TRABALHAR COMO DOMÉSTICAS

Guélmer Júnior Almeida de Faria

Maria da Luz Alves Ferreira

Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

DOI 10.22533/at.ed.27020011211

CAPÍTULO 12 130

A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESPAÇO DA CRECHE

Ana Rosa Costa Picanço Moreira

DOI 10.22533/at.ed.27020011212

CAPÍTULO 13 137

DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS EDUCADORES ACERCA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: TABUS E FORMAÇÃO

Edna Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.27020011213

SOBRE A ORGANIZADORA 149

ÍNDICE REMISSIVO 150

CAPÍTULO 13

DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS EDUCADORES ACERCA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: TABUS E FORMAÇÃO

Data de aceite: 27/11/2020

Edna Ferreira

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)

<http://lattes.cnpq.br/8210290695408750>

RESUMO: Este artigo, com enfoque nos tabus acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes e a formação de professores, objetiva identificar e analisar os possíveis obstáculos e desafios que impedem a atuação dos educadores no enfrentamento das situações de violência sexual contra os educandos. Existem obstáculos que impedem os educadores de enfrentarem as situações de relatos de abuso sexual dos educandos? Para responder à essa pergunta, foi aplicado um questionário a noventa educadores em três escolas municipais de São Paulo onde ocorreu a pesquisa, com o objetivo de evidenciar o grau de (des) conhecimento, obstáculos e posicionamento dos educadores em relação à violência contra os educandos com enfoque na violência sexual, incluindo os tabus. A análise orientou-se pela Teoria Crítica da Sociedade, levando-se em conta as seguintes noções: coisificação da consciência, barbárie, frieza nas relações humanas, desumanização e não identificação com o outro. Os dados da pesquisa indicam que os educadores estão cientes de alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados com relação à violência sexual contra crianças e adolescentes. Por isso, os educadores não só necessitam de uma formação

que permita capacitá-los para atuar de maneira segura e eficaz no combate à violência sexual contra seus alunos, como também esperam que ela se concretize.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual, tabus, educandos e educadores.

CHALLENGES FACED BY EDUCATORS ABOUT SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN: TABOOS AND EDUCATION

ABSTRACT: This article focuses on taboos about sexual violence against children and adolescents and the training of teachers. It aims to identify and analyze the possible obstacles and challenges that prevent educators from handling situations of sexual violence against students. Are there any obstacles that prevent educators from reporting sexual abuse situations among students? A questionnaire was applied to ninety educators in the three municipal schools in São Paulo where the research took place, to answer this question and highlight the degree of knowledge or unfamiliarity with the subject, obstacles and positioning of educators concerning violence against students focusing on sexual violence, including taboos. The analysis was guided by the Critical Theory of Society, considering the following notions: objectification of conscience, barbarism, coldness in human relations, dehumanization and non-identification with the other. The survey data indicates that educators are aware of some obstacles and challenges to be faced about sexual violence against children and adolescents. For this reason, educators not only need instructions that will enable them to act

safely and effectively to combat sexual violence against their students, but they also expect it to become a reality.

KEYWORDS: Sexual violence, taboo, students and educators.

INTRODUÇÃO

A violência como fenômeno é inerente à estrutura social de um tempo histórico determinado pelas condições objetivas e culturais de um povo e do local ao qual ele está inserido. Os medos e as idiosincrasias atuais, os traços de caráter escarnecidos e detestados, podem ser interpretados como marcas de progressos violentos ao longo do desenvolvimento humano (ADORNO & HORKHEIMER, 1985).

Segundo Contini e Amorim (2013), a violência é estrutural e faz parte de um sistema complexo de relações desiguais de poder, que são historicamente construídas, de dominação do mais fraco subjugado pelo mais forte. É um fenômeno que envolve classe social, gênero, raça e etnia e está ligado à cultura e ao modo como a sociedade organiza suas relações. A violência se aplica às estruturas organizadas e institucionalizadas que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, colocando-os em situação de vulnerabilidade; tende a ser “naturalizada” e influencia diretamente as práticas de socialização.

De acordo com estudos (AZEVEDO e GUERRA, 2001; SANDERSON, 2005) realizados sobre o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, é possível destacar as seguintes modalidades ou tipos de violência: física, sexual e psicológica. Elas podem ser cometidas presencialmente ou expressas por meio das redes sociais, podem ser institucionais, provenientes de negligência e, em alguns casos, podem ser fatais. Esses fatores, na maioria das vezes, estão entrelaçados e são silenciados nas situações em que ocorrem. Tal fenômeno pode ocorrer em todas as idades, sexos, culturas, comunidades, povos e condições sociais, sendo que na prática de um tipo de violência, outras poderão estar presentes, justapostas e sobrepostas.

Dados oriundos de pesquisas científicas (LANDINI, 2011; PINTO, 2005) que circulam nas redes sociais e demais meios de comunicação, revelam que nem sempre a criança encontra na família, no Estado, na comunidade e na cultura na qual está inserida, o amparo necessário para seu desenvolvimento integral. Desde a mais tenra idade, muitas crianças já experimentam o gosto amargo do desamparo, da negligência e de diversas formas de violência, incluindo a sexual.

A violência sexual, segundo Paiva (2013), é caracterizada pelo abuso e pela exploração sexual. O abuso sexual é a utilização do corpo de uma criança ou de um adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual em que o agressor ambiciona satisfazer seus desejos. Já a exploração sexual caracteriza-se

pela utilização sexual de crianças e adolescentes com a intenção do lucro financeiro ou de qualquer outra espécie de comércio, como a troca por mercadorias, na qual se aproveita da condição de vulnerabilidade da criança ou do adolescente para fins comerciais.

Observa-se que nem sempre quando acontece o abuso sexual também existe exploração sexual. No entanto, quando há exploração sexual, ela é acompanhada pelo abuso sexual, ambas trazendo sérias consequências à vítima.

Com base no balanço geral dos dados do Disque 100 (Disque Direitos Humanos), o número total de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em todos os Estados e Distrito Federal, no período de janeiro de 2011 a abril de 2019, foi de 228.353. Evidencia-se que as maiores vítimas da violência sexual são crianças e adolescentes do sexo feminino, da cor parda, e que a maioria dos suspeitos da violação é do sexo masculino, pai e padrasto.

Indiferença e silêncio são observados no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo grande o desafio para a sociedade brasileira administrar. Tabus, preconceito, rejeição, omissão, consentimento, incentivo e sigilo são algumas características presentes nas situações que envolvem violência sexual contra crianças e adolescentes. Tabus que são produtos de representações conscientes ou pré-conscientes das relações sociais que perderam sua base real, mas que “retroagem sobre a realidade convertendo-se em forças reais”. (ADORNO, 1995, p.98).

Quando e onde surgiu o tabu em nossa sociedade? Não sabemos. Podemos considerar que o tabu é mais antigo que os deuses e remonta a épocas anteriores a qualquer religião (FREUD, 2012).

Culturalmente legitimado, internalizado e transgredido em nossa sociedade, o tabu sexual é alvo de diversos mecanismos de restrições e ações coercitivas, reguladas por meio da superestrutura social. As legislações, preceitos religiosos e demais mecanismos sociais, tentam realizar o “papel” de protetores da vítima da violência sexual e mantenedores dos tabus, com ações, na maioria das vezes, infrutíferas.

A criança ou o adolescente vitimizado nesta rede de relações violenta e irracional, também é aluno em alguma escola, pública ou privada, que nem sempre os enxerga em suas dimensões e complexidades únicas. Alguns alunos buscam na escola o amparo e a esperança do término da violência sofrida, relatando as situações aos professores e demais funcionários da escola, mas nem sempre são acolhidos em suas expectativas por diversas razões e obstáculos.

EXISTEM OBSTÁCULOS QUE IMPEDEM OS EDUCADORES ENFRENTAREM AS SITUAÇÕES DE RELATOS DE ABUSO SEXUAL DOS EDUCANDOS?

Para responder à esta pergunta, foi aplicado um questionário a 90 educadores de três Unidades Educacionais no município de São Paulo, 30 em cada Unidade Escolar, participando 86 professores e quatro coordenadores pedagógicos.

Foram reservados dias e horários de acordo com a disponibilidade de cada unidade escolar. Priorizaram-se os horários de JEIF (Jornada Especial Integral de Formação). Antes da aplicação do questionário, foi realizado um teste preliminar (pré-teste) com cinco professores da unidade escolar I com o objetivo de analisar as perguntas na perspectiva da sua relação com os objetivos do estudo, da sua compreensão e aceitação pelos pesquisados e da verificação do tempo utilizado pelos professores para responder o questionário vislumbrando realizar as adequações necessárias.

O questionário aplicado contém tanto questões de múltipla escolha quanto questões abertas, na perspectiva de complementar e aprofundar as respostas. A aplicação do questionário foi realizada em um único dia, nos dois grupos de JEIF, em seus respectivos horários. Os professores já haviam sido avisados, pelos coordenadores pedagógicos, quanto à data e ao horário em que seria realizada a aplicação do questionário.

Faz-se necessário esclarecer que algumas respostas foram selecionadas e agrupadas para melhor apresentação e análise de acordo com os objetivos propostos, com enfoque nos possíveis desafios e obstáculos que impedem os educadores de enfrentarem as situações de violência sexual contra os educandos.

Apresentação e análise das respostas ao questionário aplicado aos educadores

Por meio das respostas do questionário foi possível observar que, do total de 90 educadores, 90% são do sexo feminino; 46% ministram aula no fundamental I e 45% no fundamental II. Nota-se que, com relação à faixa etária, a maioria, 43%, tem entre 41 e 50 anos e a minoria, 5%, têm entre 20 a 30 anos de idade e 61 a 70 anos. Quanto à cor da pele, 46% se autodeclararam da cor branca, seguida da cor preta com 21%. Com relação à religião, nota-se a predominância da católica, 38%, seguida da evangélica, 24%. Com relação ao tempo de serviço, a maioria, 37%, tem de 11 a 20 anos, seguida dos que têm de 21 a 30 anos, com 35%.

Com o objetivo de aprofundar a análise, foram agrupadas algumas questões referentes aos obstáculos no enfrentamento à violência sexual contra os educandos, e os tabus existentes ao abordar o tema,

QUESTÃO	Sim	Não	Não respondeu	Total
Você já ouviu de algum aluno (a) relato sobre violência contra criança?	78	12	0	90
Já recebeu ou buscou informações sobre a violência contra crianças e adolescentes?	65	18	7	90
O tema da violência contra crianças e adolescentes é abordado nas formações dos professores (JEIF, reuniões pedagógicas, cursos em DRE – Diretoria Regional de Educação – e outros)?	53	34	3	90
Você já participou de alguma formação sobre violência SEXUAL contra criança ou adolescente?	20	69	1	90
Você tem interesse em participar de formações que tratem sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes, incluindo a violência sexual?	75	12	3	90
Você acha que o tema da violência sexual deveria ser abordado na escola?	87	2	1	90
Você teria segurança e facilidade de abordar o tema da violência sexual com seus alunos?	35	53	2	90
Você teria segurança e facilidade em abordar o tema da violência sexual com a família de seus alunos?	22	65	3	90
Existe tabu ao abordar a violência sexual?	74	13	3	90

Quadro 1 – Respostas dos educadores referentes ao questionário aplicado

Fonte: Questões elaboradas pela pesquisadora, 2018.

Para melhor análise das respostas a partir das perguntas contidas nesse quadro, optou-se por tratar cada uma de acordo com a ordem que ocupam, com as complementações pertinentes a cada pergunta.

Com relação à questão “Você já ouviu de algum aluno algum relato sobre violência contra criança?”, é possível observar que 86% já ouviram e que 14% não. Em complemento a essa pergunta, sobre quem praticou a violência, 30 educadores responderam que foram membros da família, 13 os pais, oito somente o pai, oito o padrasto, cinco a mãe, quatro colegas da escola, dois os tios e um o vizinho. Com relação à pergunta “qual tipo de violência” relatada aos educadores, eles informaram que:

- 54 alunos relataram que sofreram **violência física** – agressões diversas como tapas, socos e murros. São espancadas com o uso de cinto e outros materiais, até mesmo pontiagudos como facas; “*uma aluna com deficiência foi amarrada e apanhou muito*”; “*as crianças vêm marcadas por apanhar*”; “*minha aluna apanha com frequência da família*”.
- 42 alunos relataram que sofreram **violência sexual** – do pai, padrasto, tios e tias, avós, vizinhos, entre primos e irmãos; “*minha aluna disse que o padrasto a abusava sexualmente*”; “*dois alunos, que são irmãos e um*

primo, abusaram da irmã menor de um deles”; “uma aluna relatou que seu tio a violentava. Conversei com a aluna e a convenci a contarmos juntas para a mãe e procurar ajuda psicológica”; “alunos relatam que sofrem abuso sexual”; “minha aluna disse que a mãe e a irmã mais velha atendem “clientes” no mesmo cômodo que ela dorme, e vê tudo o que acontece”; “uma criança relatou que o padrasto abusava dela”; “minha aluna sofreu abuso em sua casa e no abrigo”.

- 38 relataram que sofreram **negligência ou abandono** – rejeição, descuido, descaso, indiferença; *“pais se recusam a cuidar do filho, querem que ele vá para alguma ONG ou orfanato”; “a mãe foi embora de casa e deixou a criança sozinha”; “os pais não cuidam dos filhos devidamente”; “alunos que veem (sic) para escola sujos, com fome e sem material escolar”, “minha aluna foi deixada na casa do pai pela mãe e foi embora. Minha aluna vem suja pra (sic) escola e com outros problemas...”.*
- 26 alunos relataram que sofreram **violência psicológica** – palavras ofensivas; *“uma aluna disse que se contasse pra mim sobre as violências sofridas a família disse que a mataria”; “ameaças constantes, ser chamado de burro”.*
- 22 alunos relataram que sofreram **violência presencial** – ou seja, presenciaram brigas e morte; *“pai agredindo a mãe com faca e verbalmente”; “minha aluna disse que vê a mãe apanhar todos os dias do pai”; “alunos viram a mãe ser espancada”, “alunos com pai e mãe alcoólatras e usuários de drogas”; “uma aluna presenciou a madrasta matar o pai”; “um aluno presenciou o padrasto matando o tio a facadas”.*
- 23 alunos relataram que sofreram **violência na rede social** – *“adultos seduzindo crianças pela internet, pedindo fotos das partes íntimas”; “alunos praticando bullying na rede social, (sic) como Facebook, WhatsApp e internet”.*
- 12 educadores **não responderam à questão**.

É possível verificar, por meio dos dados e relatos dos educadores, o quanto os alunos, crianças e adolescentes, estão vivenciando os mais diversos tipos de violência, envoltos na desproteção e desamparo. A maioria dos educadores já ouviu relatos dos alunos sobre algum tipo de violência sofrida e cometida principalmente por pessoas da família e por conhecidos. Crianças que, desde muito cedo, aprendem que a ameaça à sua integridade física e emocional está justamente onde deveriam sentir-se seguras, no *“sagrado lar e na família”*.

Ao serem questionados sobre a atitude tomada diante da situação de violência relatada por seus alunos, 63 educadores comunicaram à equipe gestora da escola, 27 comunicaram a algum colega, dez não responderam, dois silenciaram

e cinco tomaram outras atitudes, como conversar com a família, com a mãe da criança, sugerir encaminhamento ao conselho tutelar, conversar somente com o aluno ou recorrer à denúncia anônima. Alguns educadores escolheram mais de uma resposta. Observa-se que a maioria das decisões relativas à violência sexual revelada pelos alunos aos educadores são comunicadas à equipe gestora para os devidos procedimentos. Essa equipe, assim como os professores, tem o dever de cumprir o contido na Portaria 5552/12, que estabelece procedimentos para as unidades educacionais nas comunicações dos casos de violência, abuso e maus tratos aos alunos com encaminhamento ao Conselho Tutelar. No entanto, não basta somente que um ofício com os procedimentos necessários seja enviado ao Conselho Tutelar, como preconiza a Portaria, pois a situação da violência exige condutas imediatas e específicas.

Acredita-se que as revelações da violência sexual realizadas pelos alunos, devido a sua complexidade, devem ser apoiadas por uma equipe multiprofissional na escola, na perspectiva de uma escuta participativa e não solitária, isto é, com apoio de profissionais de outras áreas como a psicologia e o serviço social, com encaminhamentos conjuntos. Talvez um dia, ao se deparar com as revelações de violência sexual, a escola possa ter o apoio de uma rede de ações para os devidos procedimentos que não tragam mais danos à vítima, pois o momento da revelação e os seus desdobramentos são etapas muito importantes que não podem ser negligenciadas. Talvez com a efetivação da Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, tornará possível que ações integradas sejam realizadas dentro da escola, vislumbrando procedimentos e encaminhamentos conjuntos na proteção integral da criança e do adolescente.

Quanto à questão “Já recebeu ou buscou informações sobre a violência contra crianças e adolescentes?”, observou-se que 72% já buscaram, 20% não e 8% não responderam. Dos que já buscaram, 35 educadores informaram que o fizeram por meio da internet, 27 na escola, 15 em livros e três no conselho tutelar. Uma educadora relatou: “*Busco informações em livros, internet e com os próprios alunos em conversas e cartas anônimas escritas por eles.*”

No tocante às questões específicas à formação, elas também são analisadas separadamente, dada as suas peculiaridades. A primeira delas é a seguinte: “O tema da violência contra crianças e adolescentes é abordado nas formações aos professores (JEIF, reuniões pedagógicas, cursos em DRE e outros)”?

Por meio das respostas, foi possível verificar que 59% dos educadores responderam que sim, 38% que não e 3% não responderam. Dos educadores que responderam sim, 37 escreveram que a formação foi realizada na JEIF, 13 em reunião pedagógica, seis na DRE, seis em palestras e um no sindicato.

Considerando a pergunta que contém referência à violência sexual, “Você já participou de alguma formação sobre violência sexual contra criança ou adolescente?”, nota-se que, diferentemente da resposta à questão anterior, somente 22% dos educadores participaram de alguma formação com foco na violência sexual, 77% não participaram, e 1% não respondeu, diferença que indica a especificidade do tema. Dos que participaram, 14 informaram que a formação se deu na escola, três no sindicato e dois na universidade, dado que certa dificuldade em abordar o tema da violência sexual no interior da escola foi demonstrada.

No entanto, na pergunta relativa ao interesse dos educadores em participar de formações que tratem sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes, incluindo a violência sexual, 84% dos educadores têm interesse, 13% não têm interesse na formação e 3% não responderam.

Certamente, o aluno vitimizado busca e espera apoio, orientações e proteção da escola, que ainda não se sente plenamente preparada para lidar com as situações que envolvem violência sexual contra seus alunos, tal qual demonstram as respostas à questão que questionava os educadores sobre segurança e facilidade em abordar o tema da violência sexual com seus alunos. Dos 90 educadores, 59% responderam que não têm segurança e facilidade, 39% escreveram que sim e 2% não responderam. Os dados demonstram a insegurança em abordar o tema pelos educadores no ambiente escolar com diversas justificativas, tais como: “*Não me sinto preparada. Falta conhecimento de como lidar*”, “*Por não ter estrutura psicológica para lidar com esse tema e ao saber que alguns deles (alunos) são vítimas*”, “*Não tenho preparo e conhecimento aprofundado e suficiente no assunto*”, “*sofri violência sexual quando pequena*”. Por outro lado, os educadores que têm segurança para tratar do assunto também escreveram algumas justificativas, dentre elas: “*Porque tenho com meus alunos uma relação de afeto. Procuo deixá-los seguros e proporcionar-lhes autonomia. Sou ouvinte e expectadora deles*”, “*Procuo abordar sempre, pois meus alunos deficientes intelectuais têm dificuldades com o assunto. Existe certa ingenuidade e eles são erroneamente tratados como eternas crianças*”; “*Porque como educador preciso entender e detectar para trabalhar a proteção deste aluno*”.

Contudo, não é somente com os alunos que a maioria dos educadores tem insegurança em abordar o tema da violência sexual. Por meio das respostas à questão cujo foco era a segurança e facilidade em abordar o tema da violência sexual com a família dos alunos por parte dos educadores, constatou-se que 72% dos deles não teriam segurança, 25% teriam e 3% não responderam. Dos educadores que não teriam segurança, destaca-se: “*Acredito não estar preparada e com o conhecimento necessário*”, “*Com a família o diálogo fica mais complicado*” e “*Por não achar a situação fácil de lidar. Precisaria ser amparada, ter auxílio de*

alguém”.

Com relação às justificativas dos educadores que teriam segurança em abordar o tema, lemos o seguinte: *“Porque procuro transmitir aos pais a segurança de estar não apenas letrando e alfabetizando seus filhos, mas sim que estou ajudando-os na formação de seus filhos. Cuidar e educar caminham juntos”, “Para esclarecer sobre o quanto a violência pode impactar na vida da criança”, “Para que estejam cientes que nós professores estamos aqui também para proteger a vida das crianças” e “Em se tratando do meu público, acho importante tratar da violência e da sexualidade, pois existe um mito de que alguns deficientes tem a sexualidade exacerbada”.*

Certamente, a complexidade e a extrema importância do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes exigem da escola um comprometimento de todos na percepção, na escuta cuidadosa da revelação da violência, no diálogo com as famílias e nos encaminhamentos necessários. Para que isso aconteça, a escola não deve agir de maneira solitária, mas sim buscar desenvolver ações articuladas e unificadas em uma perspectiva multidisciplinar, multiprofissional e intersetorial no enfrentamento das situações de violência sexual contra os alunos.

Além das dificuldades em abordar o tema da violência sexual com seus alunos e seus familiares, a escola também é palco de situações que remetem a tabus, dificultando um olhar efetivo para violência sexual, principalmente com relação ao abuso sexual. A partir da questão respondida pelos educadores sobre a existência de tabus ao abordar a violência sexual, 82% responderam que sim, 13% que não e 3% não responderam. Das justificativas relatadas pelos educadores acerca da razão de existirem tais tabus, destaca-se: *“Pessoas acreditam ser um assunto delicado”; “As pessoas ficam desconfortáveis ao se exporem ou sentem que estão expondo aos (sic) demais envolvidos”; “Não é fácil expor a humilhação sofrida”; “Resistência das famílias em abordar o assunto”; “A sociedade ainda perpetua preconceitos como misoginia, machismo e homofobia e tendem culpabilizar as vítimas”; “Existe o medo e o trauma associado ao abuso”; “Acredito que por se tratar de um assunto que envolve muitas questões religiosas e culturais”; “Falta de informação”; “Falar de sexo é tabu em qualquer situação”.*

Com relação às justificativas de não existirem tabus ao abordar o tema da violência sexual, destaca-se: *“Infelizmente, é algo que está acontecendo e muito se discute”; “Já é falado na mídia”; “Muitas pessoas sentem necessidade de divulgar os casos que conhecem”; “É comum, mas ninguém consegue fazer algo”; “É um assunto presente nos relatos de nossas crianças”; “Ultimamente, devido ao grande número de casos e denúncias, muitos estão cientes de que infelizmente esse tipo de violência existe”.*

Por meio das afirmativas dos educadores, é possível observar a existência de tabu ao tratar da violência sexual contra criança e adolescente e da sexualidade

humana, bem como sua presença nas relações e no cotidiano de alunos, famílias, educadores e da sociedade em geral. Esses tabus são como forças reais e devem se manifestar no ato e não no fato da violência sexual.

A partir da constatação da existência de tabus ao abordar a violência sexual no ambiente escolar, cabe à escola um trabalho profundo de esclarecimento por meio da formação e informação, de maneira crítica. Faz-se necessário abordar não somente a violência sexual, mas a sexualidade humana e todos os aspectos que a permeiam, desenvolvendo projetos e participando de programas com enfoque na educação sobre a sexualidade. A escola deve estar aberta ao diálogo e favorecer experiências que proporcionem condições para que o aluno desenvolva não somente sua dimensão cognitiva, mas também a afetiva, social e outras, isto é, que seja formado em sua totalidade. Que ele conheça os mecanismos de denúncia e proteção, que se aproprie dos seus direitos e deveres de cidadão atuante na sociedade contemporânea.

Mesmo envolto nessa barbárie, na turbulência de sentimentos e pensamentos ao entrar em contato com o relato de alunos vitimizados, o educador sabe que, se o aluno confidenciou a violência sofrida, é porque, de certo modo, conseguiu estabelecer um vínculo, uma relação de confiança entre professor e aluno e que um pedido de socorro foi feito, clamando por medidas de proteção por parte da escola.

Pelos relatos dos educadores, foi possível verificar a preocupação, o interesse, a abertura e a consciência da necessidade da formação para que possam atuar de maneira segura e eficaz no combate à violência sexual contra seus alunos.

É inegável a riqueza de informações que o educador acumula durante anos no magistério, fruto de escutas, observações e intervenções junto aos alunos na tentativa, na maioria das vezes, de minimizar os sofrimentos das tristes realidades vividas pelos alunos e pelos próprios educadores. E com relação às diversas modalidades de violências, incluindo a sexual, não seria diferente.

Vislumbrando ações afirmativas na escola, os educadores apresentaram sugestões, que foram expressas nas respostas à questão “O que a escola pode fazer no combate à violência contra crianças e adolescentes”? Dos 90 educadores que participaram da pesquisa, 83 escreveram as mais diversas e significativas sugestões, o que permite pensar na efetivação de ações, projetos e programas de combate às violências que fazem parte do cotidiano dos alunos, educadores e famílias. São sugestões como a que segue, feita por um educador: *“Atuar de maneira consciente, utilizando formações para instrumentalizar os docentes para o enfrentamento de situações dessa natureza, bem como promovendo momentos de esclarecimento junto à comunidade escolar, família e alunos. Deve ainda realizar encaminhamentos e acompanhar os casos conhecidos. Acima de tudo, cabe à escola prevenir que tais situações se propaguem no ambiente escolar, demonstrando o quão prejudicial é a*

violência para a vida do indivíduo. Identificar possíveis casos de violência também é uma prática cabível à unidade escolar”.

CONCLUSÃO

A partir dos dados apresentados, foi possível observar que duas das barreiras e desafios que dificultam ou impedem os educadores no enfrentamento da violência sexual relatada pelos educandos, é a existência do tabu ao abordar o tema e as poucas informações e formações que os capacitariam na escuta e nas medidas protetivas às crianças e adolescentes vitimizados.

Atuar no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar é uma tarefa complexa e tensa. Ela exige ação multidisciplinar e intersetorial junto às unidades escolares no embate contra o despreparo e o desamparo que envolvem a atuação dos educadores.

Os educadores sabem da importância da formação sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e querem ter acesso a esse tipo de conteúdo. Acredita-se que, por meio da formação e da informação, os professores desenvolverão a acuidade específica na percepção e na identificação das violências praticadas contra seus alunos, a partir de uma abordagem que poderá e deverá favorecer a confiança dos alunos na revelação da difícil situação a ser enfrentada e resolvida, de maneira que a criança e o adolescente sintam-se protegidos e amparados.

Além da especificidade exigida pelo tema da violência sexual, é necessário que educação sexual faça parte do currículo escolar, em diálogo com a realidade dos alunos, de forma que atinja as necessidades e interesses dos alunos de acordo com a faixa etária. Além disso, é essencial que essa educação também forme e informe todos os participantes da comunidade escolar, incluindo as famílias, visando não só ao enfrentamento do problema, como também à proteção de crianças e adolescentes contra todos os tipos de violência, sobretudo a sexual.

É na escola que boa parte dos alunos se encontra protegido e à vontade para expressar seus conflitos, anseios e necessidades. E para essa escuta, ela precisa estar preparada para contrapor-se à barbárie existente nas relações sociais. Esse é um dos desafios enfrentados perante as revelações de violência sexual contra seus alunos, uma violência estrutural que precisa ser combatida com urgência por todos com ações em rede, na perspectiva intersetorial, multiprofissional e multidisciplinar, para proporcionar apoio e proteção à criança e ao adolescente, em relação às suas necessidades e à garantia dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. 1995. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. 1985. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane de N. A. **Infância e Violência Doméstica**. Guia prático para compreender o fenômeno. Telecurso de Especialização – Módulos 1 a 8 A/B. Laboratório de Estudos da Criança (LACRI). PSA/IPUSP, 2001.

CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery; AMORIM, Sandra Maria Francisco de. Proteção dos Direitos Humanos e o Enfrentamento Da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. In: **Programa de formação do PAIR-Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Teoria e Prática para o Enfrentamento**. 2013, pp. 1-24 Disponível em <http://www.ivead.com.br/pair/public/arquivos/Texto%20m5.pdf> Acesso em: abril de 2018.

FREUD, Sigmund. 2011. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Editora Schwarcz.

_____. **Totem e Tabu**. 2012. São Paulo: Editora: Schwarcz.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O Professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011.

PAIVA, Leila, Violência Sexual-Conceitos. In: **Programa de formação do PAIR-Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Teoria e Prática para o Enfrentamento**, 2013pp. 1-24. Disponível em <http://www.escola.ivead.com.br/public/arquivos/Texto%201%20m3 .pdf>. Acesso em: junho de 2018.

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto. **Violência Sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico**. São Paulo: Vetor, 2005.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais**. São Paulo: M. Books, 2005.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO - Doutoranda em Educação Escolar. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX - <https://www.fclar.unesp.br/#!/pesquisa/grupos-de-pesquisa/estudos-da-sexualidade/apresentacao>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia 22, 107, 109, 113, 114, 115, 116, 144

C

Câncer de pênis 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Creche 130, 131, 133, 134, 135

Criança 32, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42, 87, 130, 135, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148

Cuidados de enfermagem 16

D

Desigualdades 10, 37, 41, 54, 55, 60, 73, 77, 106, 113, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 127, 135

Ditadura Militar 72, 73, 75, 76, 77, 80

Diversidade sexual 2, 1, 10, 26, 30, 32, 42, 49

E

Educação 2, 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 27, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 39, 41, 42, 56, 109, 111, 112, 117, 124, 131, 133, 135, 136, 141, 143, 146, 147, 149

Educação em saúde 15, 16, 18, 20, 21, 22

Educadores 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Educandos 137, 140, 147

Enfermagem 7, 9, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 124

Escola 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 31, 32, 36, 39, 41, 42, 50, 83, 87, 131, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

F

Família 6, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 54, 75, 84, 87, 110, 111, 113, 116, 117, 125, 126, 132, 138, 141, 142, 143, 144, 146

Família contemporânea 31

Feminismo 42, 55, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 92

G

Gênero 2, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 55, 72, 76, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 94, 95, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 138

I

Igualdade 4, 10, 12, 44, 53, 74, 78, 79, 112, 113, 114, 135

Interseccionalidades 118, 122, 124, 127, 129

L

LGBTQIA+ 24, 25, 26, 27, 28, 29

Liberdade 13, 35, 46, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 92

Ludmilla 83, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 94

M

Migrações rurais-urbanas 118, 122, 124

Militarismo 44, 45, 47

Modelo de parentalidade 31

Mulher 7, 8, 14, 37, 38, 41, 44, 46, 47, 48, 52, 54, 56, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 87, 90, 92, 94, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 121, 125, 126, 127

Mulheres 3, 6, 7, 8, 13, 14, 28, 38, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 94, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

O

Opressão 26, 35, 72, 75, 76, 77, 78, 81, 95, 110, 113, 125, 127, 138

Organização espacial 130

P

Pablo Vittar 83, 84, 85, 88, 89, 90, 94

Polícia 44, 49, 52, 55, 56

Políticas públicas 78, 79, 81, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

População LGBTQIA+ 83

R

Relações de gênero 1, 7, 10, 11, 31, 80, 120, 121

Representatividade 54, 83, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Resistência 45, 47, 49, 52, 72, 77, 79, 80, 81, 85, 86, 108, 145

S

Sexualidade 2, 1, 7, 10, 30, 32, 33, 34, 36, 39, 41, 42, 46, 55, 86, 87, 91, 95, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 145, 146, 149

T

Tabus 1, 22, 137, 139, 140, 145, 146

Trabalho doméstico 110, 111, 113, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 129

V

Violência sexual 77, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Visibilidade 10, 23, 107, 109, 116, 121, 127

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 